

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Companhia Hipotecária submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

Conforme divulgado, trata-se da primeira instituição da espécie, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, a funcionar no Estado do Paraná, estando as suas atividades reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e normas complementares, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, sendo integrante do Sistema Financeiro de Habitação.

A Cia. Hipotecária integra o Conglomerado Financeiro Barigüi, liderado pela Barigüi S/A

Crédito, Financiamento e Investimentos, e suas operações/resultados constam do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor.

Desde o início das suas atividades, em janeiro/2012, a Cia. Hipotecária efetivou 2.792 operações, com a carteira ativa atingindo, na data-base de 30 de junho de 2016, o montante de R\$ 166.118 milhões, em captações, via LCI, somando o montante de R\$ 164.968 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 13.440.

As parcerias estabelecidas, envolvendo: a) Seguradora; b) Correspondentes Bancários em praças julgadas de bom potencial de negócios, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo; c) Avaliadores de Imóveis; d) Corretoras de Valores Mobiliários e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários; e) Promotora de Crédito; e f) a ligada Barigüi Securitizadora concorreram, com real importância, para o atingimento dos resultados antes indicados. Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de

30 de junho de 2016, com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mutações ocorridas no cenário econômico-financeiro do País desde a sua constituição.

A Barigüi Cia Hipotecária apresentou, indiscutivelmente, performance satisfatória, com crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente a higidez econômico-financeira, e procurando expandir os seus mercados de atuação, e prospectar novos negócios, sem perder de vista a melhoria constante no atendimento aos seus clientes. Para tanto, agradecemos a contribuição dos parceiros, conforme antes referenciados, e, em especial do corpo de funcionários.

Curitiba (PR), 26 de Agosto de 2016

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2016	30/06/2015	Passivo	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Circulante		66.969	46.025	Circulante		54.334	56.180
Disponibilidades	4	689	213	Depósitos		-	8.264
Aplicações financeiras de liquidez		11.346	3.000	Depósitos Interfinanceiros - Ligadas		-	8.264
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4 / 5	11.346	3.000	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.a	48.528	47.014
Operações de crédito		46.705	37.973	Recursos de letras de crédito imobiliário		48.528	47.014
Setor privado	6	49.015	39.446	Outras obrigações		5.806	2.902
Provisão para perdas em operações de créditos		(2.310)	(1.473)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		30	137
Outros créditos	7	674	1.332	Sociais e estatutárias		250	175
Diversos		394	1.249	Fiscais e previdenciárias	11	1.617	938
Créditos tributários	19	280	83	Diversas	12	3.909	1.652
Outros Valores e Bens	8	7.555	3.507				
Bens não de uso		6.671	2.137				
(-) Outros valores e bens		(601)	-				
Despesas antecipadas		1.485	1.370				
		118.551	95.086	Passivo não circulante		117.746	74.104
Ativo não circulante		118.551	95.086	Exigível a longo prazo		117.746	74.104
Realizável a longo prazo		118.467	94.987	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.a	116.440	73.218
Operações de crédito	6	114.843	91.409	Recursos de letras de crédito imobiliário		116.440	73.218
Setor privado		117.103	93.096	Outras obrigações		-	-
Provisão para perdas em operações de créditos		(2.260)	(1.687)	Diversas	12	1.306	886
Outros créditos	7	1.917	1.123				
Diversos		70	20	Patrimônio líquido	14	13.440	8.827
Créditos tributários	19	1.847	1.103	Capital social		-	-
Outros valores e bens	8	1.707	2.455	De Domiciliados no país		7.000	3.000
Bens regime especial		728	726	Reservas de lucros		6.440	5.827
(-) Outros valores e bens		(147)	(147)	Legal		600	311
Despesas antecipadas		1.126	1.876	Estatutária		-	709
		84	99	Outras reservas de lucro		5.840	4.807
Imobilizado de uso	9.a	38	45				
Outras imobilizações de uso		69	64	Total do passivo		185.520	141.111
(-) Depreciação		(31)	(19)				
Intangível	9.b	46	54				
Outros ativos intangíveis		80	78				
(-) Amortização		(34)	(24)				
Total do ativo		185.520	141.111				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Receitas da intermediação financeira		22.500	14.569
Operações de crédito	6.b	22.098	14.459
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		402	110
Despesas da intermediação financeira		(13.099)	(8.628)
Operações de captação no mercado	10.b	(11.733)	(6.933)
Provisão para créditos e liquidação duvidosa	6.d	(1.366)	(1.695)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.401	5.941
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.455)	(3.110)
Renda de prestação de serviços	17	513	289
Despesas pessoais		(737)	(732)
Despesas administrativas	16	(4.458)	(2.694)
Despesas tributárias	18	(603)	(399)
Outras receitas operacionais		1.119	666
Outras despesas operacionais		(289)	(240)
Resultados não operacionais		(399)	(116)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		4.547	2.715
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.494)	(787)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(2.008)	(1.161)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		514	374
Participações nos lucros		(56)	(66)
Lucro Líquido do semestre		2.997	1.862
Quantidade de ações		7.000	3.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,4281	0,6207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	2.997	1.862
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	11	11
Provisão para perdas em operações de créditos	1.366	1.695
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	380	-
Provisão para riscos civis, fiscais e trabalhistas	59	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	2.008	1.161
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(514)	(374)
Participação dos empregados	56	66
Pagamento de imposto de renda e contribuição social (Aumento) redução nos ativos operacionais:	(523)	(394)
Aumento Operações de crédito	(4.704)	(21.443)
Aumento outros créditos	(571)	(1.209)
Aumento outros valores e bens	(1.607)	(1.012)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Redução em depósitos interfinanceiros	(9.823)	(6.001)
Aumento em recursos de letras de crédito imobiliário	20.797	28.843
Redução cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	77	-
Aumento obrigações sociais e estatutárias	108	-
Aumento obrigações fiscais e previdenciárias	762	-
Redução das outras obrigações	(3.757)	(3.048)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	7.122	157
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(5)	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5)	(10)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(837)	(249)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(837)	(249)
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	6.280	(102)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5.755	3.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	12.035	3.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

Nota	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.000	-	218	709	3.144	-	7.071
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.862	1.862
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.b	-	93	-	-	(93)	-
Constituição de dividendos	14.d	-	-	-	-	(106)	(106)
Constituição de reserva especial	14.c	-	-	-	1.663	(1.663)	-
Saldos em 30 de junho de 2015	3.000	-	311	709	1.663	-	8.827
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.000	4.000	450	-	4.001	-	11.451
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	2.997	2.997
Destinações:							
Aumento de capital pendente de aprovação BACEN		4.000	(4.000)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	14.c	-	150	-	-	(150)	-
Distribuição de dividendos	14.d	-	-	-	-	(171)	(171)
Dividendos pagos antecipadamente	14.d	-	-	-	-	(837)	(837)
Constituição de reserva especial	14.c	-	-	-	2.676	(2.676)	-
Saldos em 30 de junho de 2016	7.000	-	600	-	5.840	-	13.440
Mutações do semestre	4.000	(4.000)	150	-	1.839	-	1.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Valores expressos em milhares de reais - exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pela Barigüi S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em reunião de Diretoria, realizada em 26 de agosto de 2016, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Auração do resultado

O regime contábil de aplicação do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

d. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As principais operações de crédito da Companhia são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimento.

(i) Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pró rata" dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (a) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

(a) A Companhia considera a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

(b) As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

(c) As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução nº 2.697/00, do CMN.

(d) As operações renegociadas, por atraso nos contratos anteriores, são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas, quando poderão galgar níveis de menor provisionamento. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(iii) Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

e. Despesas antecipadas

Correspondem principalmente a:

(i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação; e

(ii) As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acor-

do com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14, conforme abaixo:

- 2015: reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;
- 2016: reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e
- 2017: reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

f. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo de imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment. As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Companhia são:

Móveis, utensílios e equipamentos de uso	Taxa - %
Equipamentos de informática	10%
	20%

g. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos diferidos com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

Sistema de Processamento de Dados 20% a.a.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).

i. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

j. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a

K. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente provisionadas.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões no passivo, em atendimento às normas do BACEN.

I. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Financeira apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

m. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Companhia, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas em operações de crédito, provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas ao menos semestralmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	30/06/2016	30/06/2015
Disponibilidade		
Caixa	8	3
Depósitos bancários	681	210
Aplicações interfinanceiras (a)	11.346	3.000
Total	12.035	3.213

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2016 e 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Título	30/06/2016	30/06/2015
	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	102% CDI	9,646
DI (pré)	14,09% a.a.	1.700
Total		11.346

6 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito:

	30/06/2016	30/06/2015
Circulante		
Setor Privado	49.015	39.446
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.310)	(1.473)
Total circulante	46.705	37.973
Não circulante		
Setor Privado	117.103	93.096
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(2.260)	(1.687)
Total não circulante	114.843	91.409

b. Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	30/06/2016		30/06/2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Financiamentos Imobiliários:				
Empreendimentos Imobiliários	5.964	3,59%	15.988	12,06%
Habitacionais	59.494	35,81%	112.903	85,18%
Capital de Giro	100.660	60,60%	3.651	2,76%
Total	166.118	100,00%	132.542	100,00%

A taxa mínima praticada pela Companhia nos contratos firmados no semestre foi de 1,07% a.m. + IGP-M a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m. + T.R (em 30 de junho de 2015 e a taxa mínima praticada foi de 0,8355% a.m. + CDI e a taxa máxima foi de 2,99% a.m.). A Companhia auferiu receita com operações de crédito no semestre, no montante de R\$ 22.098 (R\$ 14.459 no semestre findo em 30 de junho de 2015).

Os imóveis financiados são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

c. Prazo de realização dos contratos

	30/06/2016	30/06/2015
A vencer		
Até 3 meses	11.702	8.853
De 3 meses a 12 meses	31.841	27.707
De 1 a 3 anos	55.514	60.332
De 3 a 5 anos	31.620	17.463
De 5 a 15 anos	29.933	15.218
Acima de 15 anos	36	83
Total a vencer	160.646	129.656
Vencidos	5.472	2.886
Total	166.118	132.542

d. Provisão para perdas em operações de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito

A movimentação da provisão para perdas em operações de crédito é a seguinte:

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo no início do período	(1.924)	(1.924)
Constituição	(1.366)	(1.695)
Créditos baixados para prejuízo	518	459
Saldo final do período	(4.570)	(3.160)
Circulante	(2.310)	(1.473)
Não Circulante	(2.260)	(1.687)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo" o montante de R\$ 520 (R\$ 16 em 30 de junho de 2015).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 7.295 em 30 de junho de 2016 (R\$ 6.154 em 30 de junho de 2015) e as operações renegociadas, totalizaram R\$ 1.553 em 30 de junho de 2016 (R\$ 2.666 em 30 de junho de 2015). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d.2 Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2016 e 2015 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	Provisão	Setor					30/06/2016		30/06/2015	
			Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa Física	Total	Provisão	Total	Provisão	Total
AA	Normal	0,00%	-	135	463	8.693	9.291	-	-	-	-
A	Normal	0,50%	70	2.132	4.816	98.106	105.124	(526)	107.853	(539)	
	Vencido	0,50%	-	-	-	-	-	-	-	-	
B	Normal	1,00%	-	2.292	127	9.931	12.250	(123)	414	(4)	
	Vencido	1,00%	-	-	-	8.480	8.480	(85)	6.847	(69)	
C	Normal	3,00%	-	-	-	6.410	6.410	(192)	1.901	(57)	

D	Vencido	3,00%	-	-	-	397	13.196	13.593	(408)	9.191	2
	Normal	10,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vencido	10,00%	-	-	-	-	3.929	3.929	(393)	2.763	(276)
E	Normal	30,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vencido	30,00%	-	-	-	3.665	1.486	5.151	(1.545)	1.871	(561)
F	Normal	50,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vencido	50,00%	-	-	-	-	932	932	(466)	429	(215)
G	Normal	70,00%	-	-	-	-	24	24	(17)	-	-
	Vencido	70,00%	-	-	-	-	394	394	(276)	358	(251)
H	Normal	100,00%	-	-	-	-	481	481	(481)	-	-
	Vencido	100,00%	-	-	-	26	33	59	(59)	913	(913)
Total			70	8.250	5.803	151.995	166.118	(4.570)	132.542	(3.160)	
Circulante			-	-	-	49.015	(2.310)	-	39.446	(1.473)	
Não Circulante			-	-	-	117.103	(2.260)	-	93.096	(1.687)	

(i) No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 11.816 (R\$ 6.724 em 30 de junho de 2015). A taxa média dos créditos adquiridos no semestre foi de 1,178% (taxa média em 30 de junho de 2015 foi de 1,1978%). Estas operações auferiram renda no semestre no total de R\$ 2.362 (R\$ 1.494 em 30 de junho de 2015). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

7 Outros créditos

O saldo de outros créditos está composto pelos seguintes valores:

	30/06/2016	30/06/2015
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	92	105
Créditos Tributários (nota 19.b)	280	83
Impostos a compensar	6	678
Devedores diversos (a)	199	442
Outros (b)	97	24
Total	674	1.332
Não circulante		
Devedores por depósito em garantia	40	20
Créditos Tributários (nota 19.b)	1.847	1.103
Outros (b)	30	-
Total	1.917	1.123

(a) Os valores inscritos em "Devedores diversos" estão representados basicamente por: (i) valores relativos a portabilidade R\$ 144 (R\$ 329 em 30 de junho de 2015); (ii) serviços de terceiros na contratação de operações no montante de R\$ 42 (R\$ 113 em 30 de junho de 2015), os quais serão integrados ao contrato de financiamento; e (iii) R\$ 13 referente a pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 1 em 30 de junho de 2015).

(b) Os valores inscritos em "Outros", são compostos por devedores para compra de valores e bens.

8 Outros valores e bens

O saldo do subgrupo "Outros valores e bens" está composto por bens não de uso e despesas antecipadas conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Circulante		
Imóveis (a)	6.671	2.137
(-) Outros valores e bens (a)	(601)	-
Comissões (b)	1.339	1.286
Corretagens	58	36
Serviços de terceiros	59	32
Ressarcimento de custos operacionais	29	16
Total	7.555	3.507
Não circulante		
Imóveis regime especial (a)	728	726
(-) Outros valores e bens (a)	(147)	(147)
Comissões (b)	1.027	1.792
Corretagens	73	58
Ressarcimento de custos operacionais	26	26
Total	1.707	2.455

(a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, foram consolidados o valor de R\$ 3.741, somando o saldo total de valores em bens não de uso no montante de R\$ 7.399 (R\$ 2.863 em 30 de junho de 2015). Deste montante, estão registrados sob regime especial o montante de R\$ 728, por se tratarem de imóveis com impedimentos judiciais (liminar). Durante o semestre foram provisionados o montante de R\$ 380 (R\$ 147 em 30 de junho de 2015) totalizando saldo de R\$ 748 a título de desvalorização de bens não de uso; e (b) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular BACEN 3.378/14.

9 Permanente

a. Imobilizado

Demonstramos a movimentação do imobilizado de uso no semestre findo em 30 de junho de 2016:

	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 30/06/2016		Saldo em 30/06/2015	
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Até 3 meses	De 03 a 12 meses
Descrição						
Instalações, móveis e equipamentos	12	-	12	12	-	-
Equipamentos de informática	52	5	57	52	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(25)	(6)	(31)	(19)	-	-
Total	39	(1)	38	45	-	-

b. Intangível

Demonstramos a movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2016:

	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 30/06/2016		Saldo em 30/06/2015	
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Até 3 meses	De 03 a 12 meses
Descrição						
Licenciamento de uso de software	80	-	80	78	-	-
(-) Amortização Acumulada	(29)	(5)	(34)	(24)	-	-
Total	51	(5)	46	54	-	-

10 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Recursos de letras de crédito imobiliários

	30/06/2016		30/06/2015	
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Até 3 meses	De 03 a 12 meses
Recursos por emissão de letras de crédito imobiliário	9.552	38.976	116.440	164.968
Circulante	-	-	-	48.528
Não circulante	-	-	-	116.440

b. Recursos por emissão de letras de crédito imobiliário

	30/06/2016		30/06/2015	
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Até 3 meses	De 03 a 12 meses
Recursos por emissão de letras de crédito imobiliário	9.638	37.376	73.218	120.232
Circulante	-	-	-	47.014
Não circulante	-	-	-	73.218

b. Resumo da composição das despesas de captação no mercado:

	30/06/2016	30/06/2015
Depósitos interfinanceiros	(300)	(487)
Despesas de letras de crédito imobiliário	(11.312)	(6.365)
Contribuição ao FGC	(121)	(81)
Total	(11.733)	(6.933)

11 Obrigações fiscais e previdenciárias

	30/06/2016	30/06/2015
Imposto de renda	1.083	593
Contribuição social	401	209
Impostos e contribuições s/ serv. de terceiros	24	54
Impostos e contribuições s/ salários	36	20
Outros (a)	73	62
Total	1.617	938

(a) Os valores inscritos em "Outros" são compostos por (i) Impostos municipais (ISS) no montante de R\$ 4 (R\$ 2 em 30 de junho de 2015); (ii) Contribuição ao PIS no montante de R\$ 10 (R\$ 8 em 30 de junho de 2015) e, (iii) Contribuição ao Cofins no montante de R\$ 59 (R\$ 52 em 30 de junho de 2015).

No semestre findo em 30 de junho de 2016, os créditos tributários são compostos pelos seguintes valores:

Descrição	Saldo Inicial 31/12/2015	Consti- tuição (Reversão)	Saldo Inicial 31/12/2014
Imposto de renda			
Provisão para risco cível	14	15	- 29
Outras provisões	120	108	(18) 210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.047	342	(63) 1.326
Total - IRPJ	1.181	465	(81) 1.565
Contribuição social			
Provisão para risco cível	5	5	- 10
Outras provisões	44	38	(6) 76
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	383	116	(23) 476
Total créditos tributários de CSLL	432	159	(29) 562
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	1.613	624	(110) 2.127

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, serão reconhecidas em sua totalidade até o exercício de 2019. Ademais, também estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2016.

	2017	2018	2019	Total
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	206	187	1.171	1.565
Valor Presente	181	144	788	1.112
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	74	67	421	562
Valor Presente	65	52	284	400

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 14,13% (Selic).

20 Política de remuneração

A Companhia remunera três membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2016 está representado por R\$ 100 (R\$70 em 30 de junho 2015).

21 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas na Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, líder do conglomerado Financeiro Barigüi e controladora da Barigüi Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

a. Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Companhia atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b. Risco operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Companhia deu continuidade aos esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes internas e externas e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração.

c. Risco de mercado

O risco de mercado, decorrente das captações de recursos junto à clientela, no que tange as variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Companhia com grande agilidade e alto grau de confiança. A Companhia emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

d. Risco de gerenciamento de capital

Avaliação permanente da necessidade de capital da Companhia para fazer face aos riscos a que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia.

e. Risco de liquidez

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Companhia. A Companhia dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

A Companhia realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Companhia a suportar os efeitos assim levantados.

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: www.bariguicreditointeligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

22 Outras informações

a. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado

A Companhia detém capital social de R\$7.000 (sete milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pela Barigüi S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 30 de junho de 2016, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras da sua controladora, Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Curitiba (PR), 26 de agosto de 2016.

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAUJO PINHEIRO
Diretor Presidente

PAULO DE PAULA ABREU
Diretor Superintendente

MARIA TEREZA FORNEA
Diretora Executiva

IVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Executivo

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2

RESPONSÁVEL TÉCNICA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

**Diretores da
Barigüi Companhia Hipotecária
Curitiba - PR**

Examinamos as demonstrações financeiras da Barigüi Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Hipotecária é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Hipotecária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Hipotecária. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigüi Companhia Hipotecária em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Curitiba, 26 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2FP014428/0-6-F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador - CRC 1SP245785/O-2

13,5 cm